

A modernidade certamente passa pela educação

GAZETA MERCANTIL

2 MAR 1990

Anísio Pereira



No momento em que um novo governo se instala e promete mudanças e transformações estruturais na sociedade brasileira, os educadores de todo o País têm a obrigação de oferecer sugestões, ideias e propostas que minimizem ou até revertam a profunda crise que se abateu sobre o ensino brasileiro. Há erros acumulados e distorções, o que torna inevitável uma total reformulação da política educacional, sem corporativismo, cartórios ou excessiva regulamentação. A modernidade, preconizada pelo novo governo, pressupõe a retirada dos entulhos despejados ao longo dos anos pelos burocratas da educação e pelos políticos profissionais e a consequente simplificação de todo o aparato educacional.

O estatismo incompetente e exacerbado pretendido por alguns para o setor deve ser, evidentemente, evitado. A presença da iniciativa privada no processo educacional é salutar e tem, em muitos casos, impedido que o pior — o colapso de todo o sistema — ocorra. É surpreendente, por exemplo, que um aluno hoje custe nas escolas oficiais dez vezes mais que nos estabelecimentos de ensino privados, recebendo, na maioria das vezes, educação em nível inferior. Em vez de tão-somente criticar as escolas particulares, isso sim, viabilizar alternativas inteligentes para que as redes oficiais possam ser desafogadas, via concessão de bolsas de estudo pelo poder público.

A questão do financiamento do ensino e da pesquisa é, pois, fundamental para o desenvolvimento do Brasil. Deve o novo governo priorizar a educação, destinando recursos para quem demonstrar competência e espírito de serviço. E não somente às universidades públicas. Para manter o equilíbrio do setor educacional, obviamente, é necessário que tenhamos lado a lado escola pública e

privada. É direito do cidadão escolher a escola que ofereça posição filosófica e educacional compatível com a sua maneira de pensar. Condenar, no entanto, a escola privada significaria restringir a liberdade do cidadão, o que consideramos inadmissível num regime que se pretende democrático. O Estado tem o dever de dar educação, mas não pode obrigar o cidadão a freqüentar apenas suas escolas. O papel fundamental do Estado, portanto, terá de ser o da supervisão e do gerenciamento do processo educacional.

São questões urgentes e que, nem sempre, têm merecido o tratamento ideal até mesmo por parte de nós educadores. É necessário, pois, provocar o debate. Temos brilhantes cabeças atuando no ramo que podem oferecer subsídios importantes para o novo governo, como agora em março se fará dentro do I Fórum Nacional de Educadores. Para isso, no entanto, devemos-nos desligar de questões menores que ora afligem a comunidade educacional do País, atentando para as soluções abrangentes e profundas que o ensino reclama.

Renomado escritor nacional resumiu em uma única frase a finalidade do processo educacional ao afirmar que "um país se faz com homens e livros". Ao pretendermos neste instante reconstruir a Nação, dilacerada por tantos problemas, endividada e empobrecida, devemos-nos reavaliar. Temos os homens, temos os livros. Precisamos que os educadores atuem e atuem de forma adequada. Na educação não se busca o lucro mas uma filosofia de ensino que forme gerações e construa um país. A tarefa de educar é nobre e não deve ser diminuída. Cabe a todos nós, aos governantes e à comunidade, encontrar os caminhos, sem radicalismos, com pragmatismo e bom senso. Só assim erradicaremos a ignorância e construiremos um Brasil novo.

Anísio Pereira é professor e diretor-geral do Instituto Metodista de Ensino Superior (IMS).